

NA SUA PRIMEIRA REUNIÃO TÉCNICA

Grupo de Trabalho Nacional sobre VPSHR aprova termos de referência e plano de trabalho

- Três meses depois da sua formalização, o Grupo de Trabalho Nacional sobre os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos realizou nesta quarta-feira, 23 de Fevereiro, a primeira reunião técnica onde foram discutidas várias matérias, com destaque o funcionamento do grupo, a definição do plano anual de trabalho e apresentação das ideias sobre o grupo de trabalho de Cabo Delgado, apresentação dos termos de referência e ponto de situação do *baseline study*.



Formalizado em Novembro de 2021 pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, o Grupo de Trabalho Nacional sobre os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Moçambique é uma iniciativa que conta com o Secretariado do Centro para Democracia Desenvolvimento (CDD) e o apoio técnico do Geneva Centre for Security Sector Governance (DCAF). O grupo é composto pelo Governo de Moçambique, sector privado nacional e internacional sociedade civil e observadores.

Falando na abertura da cerimónia, Alexandra Sheppard, Vice-Alta Comissária Britânica em Moçambique, começou por dizer que a realização da primeira reunião técnica do Grupo de Trabalho Nacional três (3) meses depois da sua constituição evidencia o comprometimento dos actores envolvidos com os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos (VPSHR, sigla em inglês) no país.

“O Governo do Reino Unido foi um dos membros fundadores da Iniciativa de Princípios Voluntários pelo valor que tem em fazer com que governos, empresas e organizações não-governamentais trabalhem juntos para minimizar os riscos de abusos de direitos humanos e incidentes relacionados à segurança nas comunidades, e para promover boas práticas de responsabilidade social corporativa”.

A Vice-Alta Comissária Britânica reiterou o compromisso do Governo do Reino Unido em continuar a trabalhar com outros parceiros internacionais no co-financiamento do Mecanismo de Implementação de Segurança e Direitos Humanos, conhecido como SHRIM. “Este mecanismo complementa muito os nossos esforços da Iniciativa de Princípios Voluntários, apoiando a implementação de boas práticas de segurança e direitos humanos em áreas de trabalho desafiador, como é o caso aqui”.

A declaração da intenção de criar um ambiente seguro e estável para as empresas e seus colaboradores resulta no aumento de confiança para os operadores e investidores, os quais se preocupam com a conformidade com as normas e padrões internacionais. “Mas o compromisso do Governo é também necessário para melhorar e elevar a implementação dos Princípios Voluntários pelas empresas, dada a necessidade de abordar questões das relações Estado-sociedade, o comportamento e fiscalização das forças de segurança, e responsabilização na tomada de decisões que vão muito além das linhas limites de qualquer área de exploração ou mineração. Estas são questões nacionais que requerem soluções nacionais, e este Grupo de Trabalho Nacional é uma oportunidade de delinear e adoptar soluções locais aos problemas nacionais”.

Os grupos nacionais de trabalho na área



Alexandra Sheppard, Vice-Alta Comissária Britânica em Moçambique



Representante do Alto-Comissariado do Canadá em Moçambique

dos Princípios Voluntários têm sido de grande sucesso em outros quadrantes do mundo, como no Gana, onde o grupo nacional tem trabalhado no sentido de melhorar a confiança e chegar a soluções mutuamente aceitáveis. “E tem facilitado a formação e diálogo construtivo entre os governos locais, comunidades e sector privado na resolução transparente das queixas e assegura que as

forças de segurança pública e privada estão a agir de uma forma responsável e proporcional”.

Alexandra Sheppard fez notar que Moçambique é um país que já demonstrou forte liderança na área dos Princípios Voluntários, tendo sido o primeiro país africano a trabalhar em um plano de acção nacional em 2013. “E esperamos que o estabelecimento deste

grupo seja um mecanismo de demonstração de liderança, inclusive no que concerne ao desenvolvimento de um roteiro que permita a implementação efectiva dos Princípios Voluntários, e tornar-se no segundo potencial signatário africano da plataforma dos Princípios Voluntários, depois do Gana”.

Falando em representação do Ministro da Defesa Nacional, o coronel Paulo Gabriel disse que o Grupo de Trabalho Nacional é uma plataforma que permite materializar o compromisso institucional de reforçar e consolidar as relações entre o sector da Defesa, a sociedade civil e a comunidade internacional. “O Ministério da Defesa Nacional mantém uma parceria com o CDD cujo objectivo é capacitar os militares em matérias relacionadas com a promoção e protecção de Direitos Humanos na área de empenhamento das Forças Armadas em Cabo Delgado”.

Fruto dessa parceria, o Ministério da Defesa Nacional participou em diversas actividades com destaque para *workshops* em formato virtual e presencial nas cidades de Maputo e Pemba, com vista à capacitação dos seus quadros e membros das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) para melhor aplicação dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos na área de operações em Cabo Delgado. “As Forças Armadas têm vindo a desenvolver e estreitar as relações civil-militares com o objectivo de manter boas relações com as comunidades locais e suas lideranças, factor preponderante para o combate ao terrorismo em Cabo Delgado”.

O representante do Alto-Comissariado do Canadá, país que assume a presidência global da Iniciativa dos Princípios Voluntários, defendeu a importância de trabalhar com países ricos em recursos naturais para gerir o equilíbrio entre a exploração desses recursos e a protecção dos Direitos Humanos. “Bem geridos, os recursos naturais podem ser o motor do desenvolvimento, incluindo das comunidades marginalizadas”.

A Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos esteve representada pelo Secretário Permanente do Ministério, Manuel Didier Malunga. Na sua intervenção, o Secretário Permanente do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos afirmou que a descoberta dos recursos naturais e a sua extracção trouxe consigo inúmeros desafios relacionados com a segurança e protecção dos direitos humanos nas comunidades, situação que justifica a importância da criação do Grupo de Trabalho Nacional sobre Princípios Voluntários.

“O alinhamento entre as actividades de envolvimento da comunidade e a função de segurança é uma componente crítica na implementação dos Princípios Voluntários, assim como na cooperação com as partes externas interessadas no processo. Isto porque é impossível uma empresa, por si só, imple-



Coronel Paulo Gabriel, Ministério da Defesa Nacional



Manuel Didier Malunga, Secretário Permanente do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos

mentar com sucesso os Princípios Voluntários sem coordenar com as partes interessadas (Governo, sociedade civil, comunidades locais)”.

O Secretário Permanente do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos destacou a necessidade do sector extractivo deve desenvolver políticas sustentáveis que garantam o desenvolvimento das comuni-


dades na mesma proporção do aproveitamento económico que advém dos ganhos, bem como fortalecer as medidas de segurança e protecção dos Direitos Humanos. “O Governo defende a extracção e exploração de recursos naturais de forma sustentável, estabelecendo uma plataforma comum de diálogo com o sector privado e demais partes interessadas”.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

